



CONSTRUÇÃO DE UMA PAZ RESILIENTE: Trajetórias Estratégicas Para Reforçar a Arquitetura De Consolidação Da Paz Da Onu Em África

22-23 de outubro de 2024

RESUMO EXECUTIVO

O presente relatório apresenta uma análise aprofundada dos desafios e oportunidades para reforçar os esforços de consolidação da paz em África, tal como discutido durante a Consulta Temática Regional Africana em Pretória, em outubro de 2024. O evento salientou o papel de África na definição das prioridades globais de consolidação da paz. Destacou os sucessos e as lacunas críticas nos esforços para alcançar uma paz sustentável.

A Arquitetura de Consolidação da Paz das Nações Unidas (PBA), estabelecida em 2005 e redefinida através das resoluções conexas de 2016, tem por objetivo ir além da gestão de crises para alcançar uma paz duradoura, integrando a consolidação da paz em todas as fases do conflito. Apesar dos sucessos na mobilização da atenção internacional, persistem problemas como o financiamento inconsistente e a coordenação fragmentada. O presente relatório alinha as necessidades de consolidação da paz em África com a agenda global em evolução, particularmente à luz de ameaças emergentes como as alterações climáticas, as mudanças geopolíticas e a insegurança digital.

PRINCIPAIS DESAFIOS

- **Barreiras Nacionais e Locais:** O cenário da consolidação da paz em África é moldado por uma mistura complexa de questões socioeconómicas, ambientais e de governação. Os conflitos internos - que envolvem frequentemente numerosos atores não estatais, divisões étnicas, infra-estruturas inadequadas e retrocessos democráticos - impedem a estabilidade. O desemprego da juventude, a radicalização, a desigualdade económica e os conflitos de recursos induzidos pelo clima constituem ameaças significativas.
- **Desafios Regionais:** Os conflitos transfronteiriços, a fraca coordenação regional e o crime organizado transnacional contribuem para a instabilidade. Os organismos regionais, como a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS - CEDEAO) e a União Africana (UA), enfrentam dificuldades em manter a coesão, como se viu com a separação de alguns Estados do Sahel para formar a Aliança dos Estados do Sahel.
- **Retrocessos Internacionais:** A mudança na dinâmica do poder, o declínio da cooperação multilateral e a aplicação inconsistente do direito internacional complicam a consolidação efectiva da paz. A rivalidade geopolítica e o envolvimento de atores externos prolongam os conflitos e reduzem os incentivos à negociação.

LACUNAS CRÍTICAS IDENTIFICADAS

- **Fragmentação:** A desarticulação dos esforços entre a ONU, a UA, as Comunidades Económicas Regionais (CER) e outras partes interessadas limita o impacto da consolidação da paz.
- **Fraca Apropriação ou Responsabilidade Nacional:** Apesar da retórica, os atores locais têm muitas vezes um papel limitado na formulação das prioridades de consolidação da paz, que continuam a ser essencialmente de cima para baixo.

- **Foco no Curto Prazo:** Muitas iniciativas de consolidação da paz dão prioridade às necessidades imediatas em detrimento da resiliência sustentável a longo prazo, negligenciando frequentemente as causas-raiz ou causas fundamentais, tais como a desigualdade socioeconómica.
- **Financiamento Inadequado:** Os esforços de consolidação da paz dependem em grande medida de financiamentos externos imprevisíveis, o que exige soluções de financiamento inovadoras e sustentáveis.

RECOMENDAÇÕES

- **Melhorar a Apropriação ou Sentido de Responsabilidade Nacional:** Os países devem integrar a consolidação da paz nos seus planos nacionais, com dotações orçamentais que reduzam a dependência de atores externos. O reforço das arquiteturas locais de consolidação da paz e a definição mais clara da responsabilidade são fundamentais.
- **Integração de Novas Ameaças:** Para manter as estratégias relevantes, é essencial incorporar a resiliência climática, combater a desinformação e utilizar análises históricas conduzidas a nível nacional.
- **Financiamento Inovador:** A promoção de royalties de recursos naturais, obrigações de paz e parcerias público-privadas podem diversificar os fluxos de financiamento, enquanto os fundos regionais para a paz podem apoiar soluções locais.
- **Reforçar a Coerência:** Para reduzir a fragmentação, é necessário um engajamento mais concentrado entre a ONU, a UA, as CER e a sociedade civil, com resultados e monitoria claros.
- **Promover a Inclusividade e a Igualdade de Género:** As mulheres, os jovens e os grupos marginalizados devem estar no centro dos processos de consolidação da paz, apoiados por mecanismos como as quotas e a integração institucional.

A revisão da Arquitetura de Consolidação da Paz da ONU para 2025 constitui uma oportunidade única para alinhar os quadros globais com as necessidades específicas de África. Através da fomentação do sentido de responsabilidade nacional, da promoção do financiamento inovador e melhoramento da coordenação, as iniciativas de consolidação da paz podem tornar-se mais sustentáveis, proativas e com capacidade para responder às necessidades em evolução do continente.

LISTA DE RECOMENDAÇÕES

MELHORAR A APROPRIAÇÃO OU SENTIDO DE RESPONSABILIDADE NACIONAL

1. **Desenvolver Estratégias Locais de Consolidação da Paz:** Encorajar o desenvolvimento de estratégias de consolidação da paz abrangentes, específicas aos contextos e integradas nas visões de desenvolvimento nacional. Os governos devem liderar estas estratégias, envolver a sociedade civil e dispor de rubricas orçamentais especificamente designadas.
2. **Reforçar os Comitês Locais de Consolidação da Paz:** Desenvolver comitês locais de paz para coordenar esforços, melhorar os sistemas de alerta precoce e criar mecanismos de resposta rápida para evitar uma escalada.
3. **Estabelecer Parâmetros Claros para a Responsabilidade Nacional:** Envolver-se num processo consultivo para definir a responsabilidade nacional e local, criando diretrizes para garantir uma apropriação ou sentido de responsabilidade adequados para além da participação formal.
4. **Envolvimento e Empoderamento dos Jovens:** Investir na educação e nas oportunidades de emprego para os jovens, a fim de os capacitar para contribuírem para a paz e o desenvolvimento e evitarem futuros conflitos.
5. **Criar Vontade Política:** Promover o compromisso político entre os governos para manter os esforços de consolidação da paz para além dos prazos de financiamento dos doadores.

INTEGRAÇÃO DE NOVAS AMEAÇAS E ANÁLISE HISTÓRICA

- 1. Integrar a Resiliência Climática na Consolidação da Paz:** Para abordar as vulnerabilidades induzidas pelo clima, integrar iniciativas de resiliência climática, tais como os sistemas de alerta precoce e os fundos de adaptação, nos quadros de consolidação da paz.
- 2. Combater as Ameaças Digitais:** Financiar projectos que promovam a literacia digital e combatam a desinformação em Estados frágeis, onde a desinformação agrava frequentemente as tensões.
- 3. Análise Histórica para Estratégias Eficazes:** Utilizar os conhecimentos históricos para informar os actuais esforços de consolidação da paz, assegurando que as lições aprendidas com os conflitos passados orientem as abordagens futuras.
- 4. Alavancar a Liderança Tradicional:** Integrar a liderança tradicional na consolidação da paz para garantir a legitimidade ao nível das bases e evitar uma participação simbólica.
- 5. Sistemas Regionais de Alerta Precoce:** Criar sistemas de alerta precoce que abordem as ameaças climáticas e digitais, permitindo uma melhor preparação.

SOLUÇÕES DE FINANCIAMENTO INOVADORAS

- 1. Mobilizar Recursos Nacionais:** Desenvolver mecanismos de financiamento inovadores, tais como parcerias público-privadas, fundos de adaptação às alterações climáticas e planos nacionais de adaptação, a fim de garantir um financiamento sustentável para a consolidação da paz.
- 2. Alavancar os Royalties dos Recursos Naturais:** Defender a atribuição direta de rendimentos provenientes de recursos naturais a iniciativas de consolidação da paz para reduzir a dependência de doadores externos.
- 3. Introduzir Obrigações de Paz:** Promover obrigações de paz e outros instrumentos financeiros inovadores que mobilizem capital para a consolidação da paz, visando investidores regionais e internacionais.
- 4. Criar Fundos Regionais para a Paz:** Apoiar o desenvolvimento de fundos regionais para a paz e prestar assistência técnica para reforçar o Fundo para a Paz em África.

REFORÇAR A COERÊNCIA

- 1. Coordenação entre a ONU, a UA e as CER:** Criar grupos de trabalho conjuntos e plataformas de informação partilhada para consultas regulares, a fim de melhorar a coerência e reduzir a fragmentação na consolidação da paz.
- 2. Apoiar a Liderança Nacional na Coordenação:** Encorajar os governos nacionais a liderarem a coordenação e a realizarem reuniões regulares com doadores e parceiros para alinhar esforços e evitar duplicações.
- 3. Edificação das Capacidades Regionais:** Reforçar a capacidade dos oficiais responsáveis pela consolidação da paz das CER para garantir uma resposta adequada aos conflitos regionais.
- 4. Quadro para os Esforços Integrados de Consolidação da Paz:** Estabelecer um quadro integrado que alinhe os esforços da ONU, da UA e das CER, nomeadamente em regiões complexas como o Sahel.

MELHORAR A INCLUSIVIDADE E A IGUALDADE DE GÉNERO

- 1. Agenda para as Mulheres, a Paz e a Segurança (WPS):** Estabelecer mecanismos para integrar a agenda WPS nas estratégias nacionais de consolidação da paz, garantindo a participação das mulheres nos processos de tomada de decisão.
- 2. Mecanismos de Envolvimento dos Jovens:** Desenvolver conselhos de juventude para envolver os jovens em diálogos de consolidação da paz e contribuir para a concepção e implementação de políticas.

- 3. Alargar o Envolvimento da Sociedade Civil:** Criar programas de sensibilização/assistência que facilitem a interação da sociedade civil com as instituições da PBA, permitindo uma participação empenhada e com significância.

LISTA DE ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS

ACCORD	Centro Africano para a Resolução Construtiva de Disputas (do inglês, African Centre for the Constructive Resolution of Disputes)
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
CERs	Comunidades Económicas Regionais
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (do inglês, ECOWAS, Economic Community of West African States)
DIRCO	Departamento de Relações Internacionais e Cooperação da África do Sul (do inglês, South African Department of International Relations and Cooperation)
GYPI	Iniciativas de Promoção da Igualdade do Género e do Desenvolvimento da Juventude (do inglês, Gender and Youth Promotion Initiatives)
IGAD	Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (do inglês, Intergovernmental Authority on Development)
PBA	Arquitetura de Consolidação da Paz (do inglês, Peacebuilding Architecture)
PBC	Comissão de Consolidação da Paz (do inglês, Peacebuilding Commission)
PBF	Fundo de Consolidação da Paz (do inglês, Peacebuilding Fund)
PBSO	Gabinete de Apoio à Consolidação da Paz (do inglês, Peacebuilding Support Office)
PSC	Conselho de Paz e Segurança (do inglês, Peace and Security Council)
RDC	República Democrática do Congo
RDPC	Reconstrução e Desenvolvimento Pós-Conflito
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
ONU	Organização das Nações Unidas
UA	União Africana
WPS	Mulheres, Paz e Segurança (do inglês, Women, Peace and Security)

INTRODUÇÃO

A natureza evolutiva da consolidação da paz no sistema das Nações Unidas reflete uma mudança da gestão de crises para uma paz sustentada, reconhecendo as complexidades dos conflitos modernos. A criação da Arquitetura de Consolidação da Paz das Nações Unidas (PBA), em 2005, visava colmatar as lacunas dos esforços de paz fragmentados e de curto prazo, dando prioridade à apropriação ou responsabilidade nacional e à resiliência institucional. Desde a sua criação, a Comissão de Consolidação da Paz (PBC), o Fundo de Consolidação da Paz (PBF) e o Gabinete de Apoio à Consolidação da Paz (PBSO) têm sido fundamentais para estabilizar a governação e promover a recuperação sustentável nos países em situação de pós-conflito. Os primeiros sucessos, como na Serra Leoa e no Burundi, mobilizaram a atenção internacional, mas revelaram também limitações em termos de financiamento e de âmbito estratégico, salientando a necessidade de uma abordagem preventiva mais alargada.

A adoção das resoluções conexas em 2016 foi um momento decisivo, redefinindo a PBA de um foco pós-conflito para uma abordagem mais abrangente e orientada para o futuro. Ao integrar a consolidação da paz em todas as fases do conflito e ao associá-la às iniciativas de desenvolvimento e de direitos humanos, a ONU reconheceu a interligação entre a paz, a segurança e o progresso socioeconómico. Apesar destes progressos, a revisão de 2020 identificou limitações persistentes, como um financiamento inadequado e uma coordenação fragmentada em todo o sistema das Nações Unidas. A resolução destes problemas exige uma melhor integração dos esforços de paz, de desenvolvimento e humanitários, juntamente com mecanismos de financiamento consistentes e sustentáveis.

Em África, os esforços de consolidação da paz estão estreitamente ligados ao quadro político de Reconstrução e Desenvolvimento Pós-Conflito (RDPC) da União Africana (UA), introduzido pela primeira vez em 2006 e revisado em 2024, para abordar as ameaças emergentes como as alterações climáticas, a instabilidade política e os défices de governação. O quadro revisado de RDPC, agora apoiado pelo Centro de RDPC no Cairo, Egito, centra-se na governação, segurança, direitos humanos, desenvolvimento socioeconómico e inclusão do género. Estes pilares refletem as necessidades específicas de África em matéria de consolidação da paz, salientando a responsabilidade nacional, a cooperação e a inclusão regionais e dando prioridade à prevenção de conflitos. O reforço da colaboração entre o Conselho de Paz e Segurança (CPS) da UA e a PBC da ONU constitui uma oportunidade para fazer avançar as estratégias nacionais de prevenção e melhorar os quadros de segurança regional.

As ameaças globais emergentes, incluindo as alterações climáticas, os avanços tecnológicos e os impactos da pandemia da COVID-19, vieram acrescentar camadas de complexidade ao cenário da consolidação da paz. As alterações climáticas, em particular, tornaram-se um acionador importante de conflitos, exacerbando a escassez de recursos e a instabilidade sociopolítica em regiões vulneráveis. Do mesmo modo, as mudanças tecnológicas, como a desinformação digital e as ciberameaças, representam novos riscos para a paz e a estabilidade. Estas dinâmicas em evolução exigem que a estratégia de consolidação da paz da ONU se mantenha adaptável e inclusiva, incorporando parcerias que vão para além dos atores estatais tradicionais, incluindo organizações regionais, a sociedade civil e as comunidades locais.

A Nova Agenda para a Paz e o Pacto para o Futuro, que orientam a revisão da PBA de 2025, representam oportunidades para alinhar os esforços de consolidação da paz a nível mundial e regional. A Nova Agenda para a Paz, que faz parte da "Nossa Agenda Comum" do Secretário-Geral, centra-se na prevenção de conflitos através da integração da consolidação da paz no desenvolvimento sustentável e nos direitos humanos, assegurando a participação da sociedade civil, das mulheres e dos jovens. O Pacto para o Futuro, adotado na Cimeira do Futuro de 2024, reforça estes alicerces, colocando a tónica na cooperação multilateral e no financiamento sustentável e abordando ameaças globais como as alterações climáticas e a desigualdade.

O historial de conflitos, instabilidade política e barreiras socioeconómicas de África torna vital a sua participação na definição destas iniciativas. A consulta africana centrou-se na fragilidade dos Estados, nas reformas da governação, na instabilidade regional e no alinhamento das prioridades de África com os quadros mundiais de consolidação da paz. Ao abordar as ameaças tradicionais e emergentes - como as alterações climáticas, a transformação digital e a desigualdade - África pretende garantir que os resultados da revisão de 2025 respondam às necessidades específicas do continente.

A Consulta Temática Regional Africana para a revisão da PBA da ONU de 2025, realizada em Pretória em outubro de 2024, sublinhou o papel central de África na definição das prioridades de consolidação da paz. Organizado pelo Centro Africano para a Resolução Construtiva de Disputas (ACCORD), em colaboração com o Departamento de Relações Internacionais e Cooperação da África do Sul (DIRCO) e o PBSO da ONU, o evento destacou as contribuições de África para a consolidação da paz global e o seu historial de inovação num contexto de constrangimentos recorrentes. A Consulta também proporcionou uma plataforma para as partes interessadas africanas - incluindo governos, sociedade civil e organizações regionais - partilharem experiências e barreiras, garantindo que a voz de África está bem representada na revisão de 2025.

O presente relatório reflete estes debates, centrando-se nas lacunas críticas, nas oportunidades emergentes e nas recomendações acionáveis do evento de Pretória. A estrutura do relatório inclui uma visão geral do contexto e da evolução da consolidação da paz em África, seguida de uma análise dos desafios, oportunidades para reforçar a consolidação da paz, recomendações específicas e uma conclusão que resume os resultados e o papel de África na revisão da PBA de 2025.

Centrando-se nas experiências únicas de África, o presente relatório salienta a forma como os quadros globais e regionais de consolidação da paz podem ser sincronizados para promover a estabilidade e a resiliência a longo prazo, assegurando que os resultados da revisão de 2025 sejam globalmente relevantes e respondam às necessidades específicas de África.

PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS PELO CENÁRIO DE PAZ E SEGURANÇA EM ÁFRICA

A consolidação da paz em África é moldada por várias barreiras nacionais, regionais e internacionais, muitas das quais foram destacadas durante a Consulta. Estas incluem as alterações climáticas, a insegurança digital, questões de governação, as mudanças geopolíticas e os conflitos que envolvem atores não estatais. A resolução destas limitações é essencial para combater a instabilidade e promover a resiliência.

BARREIRAS NACIONAIS E LOCAIS

O cenário da consolidação da paz em África é moldado por uma combinação complexa de barreiras socioeconómicas, ambientais e de governação. Os conflitos passaram de lutas interestatais para lutas internas que envolvem atores não estatais que, muitas vezes, desrespeitam as normas internacionais. No leste da República Democrática do Congo (RDC), por exemplo, mais de 200 grupos armados complicam os esforços de consolidação da paz. As divisões étnicas e de clãs, em especial na Somália, exacerbam as tensões e contribuem para a fragmentação política, tornando os processos de paz coesos um desafio.

As infra-estruturas inadequadas e os condicionalismos geográficos limitam a governação e a prestação de serviços em muitas zonas rurais, criando oportunidades para os intervenientes não estatais explorarem as lacunas. Este facto, associado ao retrocesso democrático ou à "tendência para a autocracia", enfraquece a participação da sociedade civil e ameaça a inclusividade dos processos de paz.

A "explosão de jovens" apresenta oportunidades e desafios. Embora a população jovem de África tenha potencial económico, as aspirações não satisfeitas conduzem frequentemente à frustração. O elevado nível de desemprego e a falta de oportunidades criam um terreno fértil para a radicalização, como se verifica na Nigéria, onde muitos jovens são atraídos para grupos extremistas devido às perspetivas limitadas e à marginalização.

As alterações climáticas agravam as vulnerabilidades, conduzindo a conflitos de recursos e a deslocações. No Sudão do Sul, as inundações provocaram a deslocação de mais de 270 000 pessoas. Ao mesmo tempo, as deslocações induzidas pelo clima no Zimbábue e em Moçambique alimentaram as tensões entre as comunidades hospedeiras e as populações deslocadas. Estes factores de tensão atravessam frequentemente as fronteiras, exigindo uma gestão coordenada dos recursos e sistemas de alerta precoce eficazes.

A desigualdade económica é um fator acionador de instabilidade, uma vez que as disparidades de riqueza e a falta de oportunidades criam tensões que podem transformar-se em conflitos. Os grupos marginalizados, incluindo as mulheres, são frequentemente excluídos dos processos políticos, o que agrava o descontentamento. A abordagem da desigualdade através de políticas inclusivas e de oportunidades económicas é absolutamente vital para reduzir estas tensões, especialmente entre os jovens que podem enveredar pela radicalização ou pelo conflito.

As plataformas digitais introduziram novos desafios, principalmente a insegurança digital. A propagação de desinformação nas redes sociais aprofunda as divisões e alimenta os conflitos, como se verificou durante o conflito na Etiópia, em que a desinformação exacerbou as tensões.

DESAFIOS REGIONAIS

A nível regional, África enfrenta desafios significativos relacionados com os conflitos transfronteiriços, a fraca coordenação entre Estados e as ameaças transnacionais. Como se verificou no Sudão e na Líbia, onde a instabilidade teve um impacto nos Estados vizinhos, os conflitos transfronteiriços e as repercussões dos países vizinhos ameaçam a paz regional.

O crime organizado transnacional, incluindo o tráfico de armas, de droga e de pessoas, continua a desestabilizar regiões como o Sahel e a África Oriental. Estas redes exploram a fragilidade das fronteiras, comprometendo a governação e complicando os esforços de paz. Grupos terroristas como o Boko Haram e o al-Shabaab aumentam a insegurança, tornando a consolidação da paz particularmente difícil. O subdesenvolvimento dos mecanismos regionais e internacionais de alerta precoce e de prevenção de conflitos limita ainda mais a eficácia das respostas a estas ameaças.

As organizações regionais, como a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS - CEDEAO) e a UA, enfrentam obstáculos significativos para manter a coesão. As recentes sanções impostas aos Estados do Sahel, por exemplo, levaram à retirada de alguns membros das alianças regionais, reduzindo a capacidade destes organismos para aplicarem eficazmente medidas colectivas de paz e segurança. A separação dos Estados do Sahel para formar a Aliança dos Estados do Sahel põe em evidência a fragilidade da cooperação regional.

RETROCESSOS INTERNACIONAIS

A nível internacional, a alteração da dinâmica do poder, as rivalidades geopolíticas e o declínio da cooperação multilateral complicam o cenário da consolidação da paz em África. A transição de uma ordem mundial unipolar - com potências emergentes como a Turquia e os Estados do Golfo a desempenharem um papel cada vez mais importante em África - acrescenta novas complexidades. Na Líbia, os atores estrangeiros prolongaram o conflito; e as influências externas complicam ainda mais os esforços de mediação no Sudão.

A aplicação inconsistente do direito internacional e o engajamento seletivo comprometem a estabilidade e corroem a confiança nas instituições globais. Estas inconsistências impedem respostas regionais e internacionais coerentes, complicando a consolidação efetiva da paz.

O fim da “era de ouro da mediação e do diálogo”, marcada por um alargado consenso a nível mundial sobre a resolução de conflitos, deu lugar a um cenário geopolítico mais fragmentado. A rivalidade entre potências importantes, como os EUA e a China, e o envolvimento de potências médias, como os Estados do Golfo e a Turquia, tornaram a resolução de conflitos mais difícil. Além disso, a redução da ajuda dos principais doadores, como a União Europeia, teve um impacto negativo nos programas em países como o Mali e a República Centro-Africana, dificultando o planeamento a longo prazo da consolidação da paz.

As partes em conflito têm agora múltiplos atores globais a quem recorrer para obter apoio, reduzindo o incentivo para se sentarem à mesa das negociações. Esta prática, conhecida como "forum shopping", permite que as partes em conflito prolonguem a instabilidade ao alinharem-se com atores externos que podem ter interesses divergentes. Por exemplo, a dificuldade em levar as partes a negociar no atual conflito do Sudão e a ineficácia das sanções no Sahel, que levou à formação da Aliança dos Estados do Sahel, ilustram o enfraquecimento da coesão multilateral.

Os modelos tradicionais de manutenção da paz, concebidos para os conflitos entre Estados, poderiam ser mais eficazes para lidar com os conflitos intra-estatais modernos que envolvem atores não-estatais. O encerramento de várias missões de manutenção da paz em África evidencia este declínio. Os conflitos modernos, dominados por grupos armados e milícias, exigem estratégias mais adaptativas que as abordagens tradicionais não conseguem resolver de forma adequada.

LACUNAS CRÍTICAS NOS ACTUAIS ESFORÇOS DE CONSOLIDAÇÃO DA PAZ EM ÁFRICA

Fatores históricos, sociais, políticos e económicos moldam os esforços de consolidação da paz em África, influenciando os sucessos e as limitações actuais. A Consulta proporcionou uma plataforma para identificar lacunas críticas, refletindo sobre as actuais iniciativas de consolidação da paz e reconhecendo a evolução das ameaças em todo o continente. Estas lacunas estão interligadas e afetam a eficácia global da consolidação da paz, salientando a necessidade de uma abordagem abrangente para alcançar uma paz sustentável.

Para colmatar estas lacunas, é necessário repensar de forma holística as estratégias africanas de consolidação da paz, reconhecendo os problemas e associando-os a respostas eficazes. Deve ser dada prioridade à responsabilidade nacional, garantindo a participação efetiva dos intervenientes locais, e as ameaças emergentes, como as alterações climáticas e a desinformação digital, devem ser integradas nas estratégias de consolidação da paz. O acesso equitativo às oportunidades, nomeadamente para as comunidades marginalizadas, é vital para quebrar os ciclos de desigualdade que conduzem à instabilidade.

Ao promover uma coordenação mais forte entre as partes interessadas, capacitar os intervenientes nacionais e centrar-se em medidas preventivas e não reactivas, a arquitetura de consolidação da paz em África pode lidar melhor com as complexidades geopolíticas do século XXI. A criação de ligações eficazes entre estas lacunas e as respostas adequadas é vital - a resolução da fragmentação, o melhoramento da responsabilidade local e a garantia de um financiamento sustentável contribuem para a criação de um quadro de consolidação da paz resiliente e unificado, capaz de se adaptar às necessidades actuais e futuras.

ABORDAGENS FRAGMENTADAS E “SILOS”

Um desafio significativo para a consolidação efetiva da paz em África é a fragmentação no contexto do sistema das Nações Unidas, dos organismos regionais e das instituições nacionais. Apesar das tentativas de alinhar as iniciativas entre as diferentes entidades, os esforços de consolidação da paz permanecem muitas vezes presos em “silos” /estruturas isoladas, o que dificulta o desenvolvimento de estratégias coesas e sustentáveis. Tal como foi salientado durante a consulta, a falta de sinergia entre a PBA, a RDPC da UA e as comunidades económicas regionais (CER) conduz à duplicação de esforços e a uma utilização ineficaz dos recursos - o envolvimento de múltiplos intervenientes sem uma coordenação eficaz resulta na sobreposição de mandatos, reduzindo o impacto das iniciativas.

A natureza evolutiva dos conflitos, que envolvem cada vez mais atores não estatais, como as milícias e os insurgentes, complica ainda mais a coordenação. As estratégias de consolidação da paz devem adaptar-se a estas dinâmicas em mutação, desenvolvendo abordagens mais flexíveis e específicas ao contexto, que contemplem os papéis dos actores formais e informais. É necessária uma abordagem mais integrada para garantir que todos os intervenientes trabalham para um objetivo unificado, melhorando a eficácia global das actividades de consolidação da paz.

INEFICIENTE SENTIDO DE RESPONSABILIDADE E INCLUSIVIDADE A NÍVEL NACIONAL

Apesar da retórica sobre a apropriação ou responsabilidade local, os esforços de consolidação da paz em África continuam muitas vezes a ser orientados de cima para baixo e para o exterior. É necessário que haja uma maior clareza entre os processos políticos de alto nível e as realidades e experiências vividas nas bases. Muitas iniciativas precisam de envolver de forma significativa as comunidades locais,

os jovens, as mulheres e os grupos da sociedade civil, todos essenciais para manter a paz. Parte do desafio também reside no papel da PBA, em que o PBF é muitas vezes visto como financiando principalmente as agências da ONU no terreno, com uma contribuição limitada dos atores locais e nacionais. Muitos participantes entendem o seu papel nos projectos do PBF como subcontratantes e não como impulsionadores de prioridades e iniciativas.

Além disso, os governos nacionais devem mostrar mais vontade política para liderar verdadeiramente os esforços de consolidação da paz. Os governos precisam frequentemente de afetar recursos a longo prazo ou de assumir responsabilidade pelos acordos, o que compromete a sustentabilidade das iniciativas. A fragilidade dos mecanismos de responsabilidade permite que os governos e os actores internacionais evitem cumprir as suas responsabilidades, sem consequências.

É necessário passar de abordagens centradas no Estado para uma consolidação da paz mais centrada nas pessoas, que aborde as causas profundas dos conflitos e dê poder aos atores locais. Este desafio é evidente em países como o Sudão do Sul e a Somália, onde os atores externos dominam a agenda da consolidação da paz. Os governos nacionais são frequentemente postos de lado, o que compromete a legitimidade e a sustentabilidade das intervenções de consolidação da paz. Uma comunicação local eficaz e uma maior ênfase na capacitação das partes interessadas nacionais são essenciais para criar um sentimento de responsabilidade. A consulta sublinhou a importância de os governos assumirem a liderança nos processos de paz, a fim de garantir que as iniciativas de consolidação da paz sejam adaptadas aos seus contextos sociopolíticos específicos e reflitam as aspirações dos seus cidadãos.

EQUILÍBRIO ENTRE NECESSIDADES IMEDIATAS E IMPACTO A LONGO PRAZO

A tensão entre responder às necessidades imediatas de consolidação da paz e assegurar um impacto a longo prazo é recorrente. As abordagens actuais dão frequentemente prioridade à estabilidade a curto prazo em detrimento de soluções sustentáveis, centrando-se na resposta a crises em vez de na prevenção e no reforço da capacidade de resistência. Esta lacuna é evidente em locais como a RDC, onde as intervenções têm sido orientadas para a contenção imediata dos conflitos, em vez de abordarem as causas-raiz, como os défices de governação e as desigualdades socioeconómicas. Além disso, as vulnerabilidades económicas, como o desemprego e a falta de oportunidades de subsistência, têm de ser mais integradas nos planos de consolidação da paz. A incapacidade de resolver estes fatores significa que a pobreza e o desemprego persistem, conduzindo a uma instabilidade recorrente. A ligação entre a consolidação da paz e as estratégias de crescimento económico, incluindo a promoção do espírito empresarial e a criação de oportunidades de emprego, é vital, mas precisa de ser mais bem realçada.

O carácter de curto prazo de muitas iniciativas de consolidação da paz influencia parcialmente este desequilíbrio. Embora tenham um papel catalisador essencial, os projectos do PBF são de curto prazo e, por vezes, ad hoc por natureza e só por vezes incorporam a aprendizagem de iniciativas anteriores. A falta de mecanismos sistemáticos para captar, partilhar e integrar as lições aprendidas em diferentes contextos de consolidação da paz torna difícil adaptar e aperfeiçoar eficazmente as abordagens para se adequarem à evolução da dinâmica dos conflitos. Uma maior ênfase no desenvolvimento da memória institucional e na promoção do intercâmbio de experiências poderia reforçar as iniciativas futuras.

A passagem de estratégias reativas para estratégias preventivas deve ir além da retórica, centrando-se na criação de instituições capazes de resistir a choques futuros e de promover a resistência das comunidades. As estratégias de consolidação da paz são frequentemente afetadas por uma atribuição incorrecta de prioridades - os recursos e os esforços nem sempre são canalizados para os domínios com maior impacto. A abordagem das causas profundas e não dos sintomas, como a desigualdade e a marginalização, deve tornar-se um ponto focal para manter a paz a longo prazo.

ACESSO A OPORTUNIDADES E COMUNICAÇÃO INEFICAZ

O acesso equitativo às oportunidades e a comunicação efetiva são fundamentais para o sucesso da consolidação da paz e devem ser abordados com maior frequência. A falta de acesso a oportunidades económicas, sobretudo para grupos marginalizados como as mulheres e os jovens, continua a alimentar o descontentamento e os conflitos em todo o continente. Em locais como o Sudão do Sul, onde os

conflitos relacionados com o clima agravaram as tensões sociopolíticas existentes, a comunicação ineficaz entre as autoridades nacionais e as comunidades locais tem dificultado os esforços de consolidação da paz. Para colmatar esta lacuna, é necessário melhorar a inclusividade das iniciativas económicas e promover canais de comunicação bidireccionais eficazes que permitam às comunidades contribuir para a agenda da consolidação da paz.

FINANCIAMENTO INADEQUADO E IMPREVISÍVEL

O financiamento sustentável continua a ser um desafio significativo para a consolidação da paz em África. Apesar de se reconhecer que a consolidação da paz é um investimento fundamental, o financiamento é frequentemente de curto prazo, imprevisível e insuficiente para responder às necessidades a longo prazo. Verifica-se uma dependência excessiva dos doadores externos, com uma mobilização limitada de recursos internos. Os esforços da UA no sentido de criar um Fundo para a Paz e os apelos a contribuições avaliadas pela ONU para a consolidação da paz são promissores, mas a sua aplicação tem sido lenta. Além disso, é necessário explorar mecanismos de financiamento inovadores, incluindo o envolvimento do setor privado e o financiamento do clima, a fim de garantir recursos previsíveis para as iniciativas de consolidação da paz. O reforço dos sistemas fiscais para apoiar as iniciativas nacionais de paz é essencial para um financiamento sustentável. O envolvimento mais eficaz do setor privado, nomeadamente na criação de emprego e no desenvolvimento económico, poderia também ajudar a colmatar as lacunas financeiras e contribuir para a estabilidade a longo prazo.

ENVOLVIMENTO LIMITADO COM O SECTOR PRIVADO

O papel do sector privado na consolidação da paz tem de ser mais acessível e utilizado. Existe um potencial significativo para que o setor privado contribua para a criação de emprego e o desenvolvimento económico, que são componentes essenciais para manter a paz. A participação das empresas nas estratégias de consolidação da paz, em especial na revitalização económica pós-conflito, pode ajudar a resolver as causas profundas dos conflitos e a promover a estabilidade. Além disso, a participação do setor privado pode proporcionar soluções de financiamento inovadoras, tais como obrigações de paz ou parcerias para o desenvolvimento de infra-estruturas, que podem ajudar a colmatar as lacunas de financiamento que impedem uma consolidação eficaz da paz.

FRACA CAPACIDADE INSTITUCIONAL E DE GOVERNAÇÃO

As fracas capacidades institucionais e os problemas de governação em muitos países africanos comprometem os esforços de consolidação da paz. Os desafios incluem uma administração pública ineficaz, a falta de mecanismos de responsabilização e conhecimentos técnicos limitados em matéria de resolução de conflitos e de consolidação da paz. Embora iniciativas como o Mecanismo Africano de Avaliação pelos Pares tenham por objetivo reforçar a governação, a sua aplicação tem de ser coerente. Os organismos regionais, como a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), também carecem de unidades e estratégias específicas de consolidação da paz, o que limita a sua capacidade de apoiar, de forma eficaz, os Estados membros. Para resolver este problema, é necessário um investimento a longo prazo no desenvolvimento das capacidades das instituições nacionais e regionais, no reforço da governação democrática e na luta contra a corrupção e os défices de governação que estão frequentemente na origem dos conflitos. As questões de segurança humana - como o acesso aos cuidados de saúde, à educação e aos serviços essenciais - são frequentemente negligenciadas, reduzindo a eficácia global das respostas. A integração destes aspetos nas estratégias de consolidação da paz é vital para responder às necessidades mais vastas das populações afectadas.

FALTA DE COORDENAÇÃO ENTRE A CONSOLIDAÇÃO DA PAZ E O DESENVOLVIMENTO

Outra lacuna significativa é a deficiente ligação entre a consolidação da paz e os esforços de desenvolvimento mais alargados. Muitas intervenções centram-se estritamente na resolução de conflitos sem considerar adequadamente o desenvolvimento socioeconómico, que é vital para a manutenção da paz. A necessidade de um planeamento integrado entre os atores no desenvolvimento e na consolidação da paz conduz a uma desconexão que compromete a sustentabilidade das iniciativas de paz. O reforço

da relação entre a consolidação da paz e o desenvolvimento, através de um planeamento conjunto e de uma ação coerente e coordenada, é essencial para criar um ambiente em que a paz possa ser assegurada a longo prazo.

INTEGRAÇÃO LIMITADA DAS CONSIDERAÇÕES RELATIVAS ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

As alterações climáticas são cada vez mais reconhecidas como um fator de conflito em África. Muitas estratégias de consolidação da paz ainda não integraram a resiliência climática nos seus quadros. Os impactos das alterações climáticas, como a escassez de recursos e as deslocações, exacerbaram as tensões em regiões frágeis como o Sahel e o Corno de África. As intervenções de consolidação da paz devem incorporar medidas de adaptação ao clima e desenvolver mecanismos para atenuar os conflitos baseados nos recursos, assegurando que as comunidades vulneráveis estejam equipadas para se adaptarem às condições ambientais em mudança.

MECANISMOS INADEQUADOS DE ALERTA PRECOCE E DE RESPOSTA

A existência de mecanismos adequados de alerta precoce e de resposta é vital para evitar a escalada dos conflitos. No entanto, muitos países africanos necessitam de mais capacidade para identificar e responder a potenciais conflitos antes que estes fiquem fora de controlo. É necessário reforçar os sistemas de alerta precoce a nível nacional e regional e assegurar a sua integração com as capacidades de resposta, a fim de permitir uma prevenção proactiva dos conflitos. Existe também uma lacuna crítica na capacidade de análise prática da informação, essencial para transformar o alerta precoce em informações acionáveis. O melhoramento da capacidade de recolha, análise e aplicação dos dados a todos os níveis local, nacional e regional contribuirá para garantir intervenções atempadas.

Além disso, a integração específica dos esforços locais de alerta precoce nos mecanismos regionais continua a ser uma lacuna significativa. Assegurar que as comunidades locais contribuam para os alertas precoces e ligar estes conhecimentos diretamente às respostas regionais pode ajudar a colmatar a atual falta de ligação. Por exemplo, em locais como o Sahel, os alertas precoces locais sobre conflitos de recursos não são frequentemente transmitidos de forma eficaz aos organismos regionais, o que resulta na perda de oportunidades de intervenção precoce. A criação de canais de comunicação sólidos entre os atores locais e regionais aumentará a capacidade de resposta e a relevância dos esforços de consolidação da paz.

ATENÇÃO INSUFICIENTE À DINÂMICA TRANSFRONTEIRIÇA E REGIONAL

Os conflitos em África são frequentemente regionais, ultrapassando fronteiras e afetando sub-regiões inteiras. Apesar disso, os esforços de consolidação da paz centram-se frequentemente em países individuais, sem abordar adequadamente as dimensões regionais mais amplas dos conflitos. É necessária uma cooperação reforçada entre os organismos regionais e quadros regionais de consolidação da paz mais sólidos para gerir eficazmente os conflitos transfronteiriços e criar estabilidade a nível regional. A influência das potências mundiais emergentes e a alteração das alianças geopolíticas também afetam esta dinâmica, complicando frequentemente os esforços de consolidação da paz. As estratégias de consolidação da paz devem ter em conta estes fatores geopolíticos para garantir que as intervenções não sejam prejudicadas por interesses externos concorrentes.

LIÇÕES APRENDIDAS COM AS EXPERIÊNCIAS REGIONAIS

O cenário de consolidação da paz em África revela muitas lições das iniciativas regionais e nacionais, destacando tanto os sucessos como as áreas a melhorar. A dedicação da UA e das CER à promoção da paz é essencial para a estratégia de estabilidade do continente. Estas lições oferecem uma base para o desenvolvimento da resiliência, a promoção da governação inclusiva e o reforço da coordenação entre os quadros regionais e internacionais de consolidação da paz.

ENVOLVIMENTO DA UA E DAS CER

A UA tem promovido consistentemente a paz e a segurança através da colaboração, com quadros fundamentais como o CPS da UA e a RDPC na vanguarda. O quadro revisto da RDPC de 2024 sublinha a importância das parcerias regionais na abordagem das alterações climáticas, da governação e da instabilidade socioeconómica. No entanto, apesar de importante, o compromisso entre o CPS da UA e a PBC da ONU tem muitas vezes de ser mais focalizado, com iniciativas mais tangíveis de acompanhamento e monitoria, o que limita a sua eficácia.

A nível sub-regional, as CER, como a ECOWAS (CEDEAO) e a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD), são fundamentais para traduzir as estratégias da UA em acções no terreno. A ECOWAS tem sido pró-ativa na mediação e na prevenção de conflitos, como o demonstram os seus esforços na reconstrução pós-conflito da Serra Leoa. Do mesmo modo, a mediação da IGAD no Sudão do Sul reflete o papel vital das CER no reforço da coerência e da sustentabilidade dos processos de paz. As CER trazem especificidade regional, adaptam estratégias aos contextos locais e tornam os esforços de consolidação da paz mais relevantes para as comunidades que servem.

Uma lição fundamental dos compromissos da UA e das CER é a necessidade de um financiamento previsível e sustentável. A instabilidade financeira dificulta frequentemente os esforços em curso, com uma dependência de financiamento externo não fiável. Durante a Consulta, ficou claro que galvanizar o apoio dos Estados Membros e dos parceiros internacionais continua a ser um desafio significativo. No entanto, modelos financeiros inovadores, como a estratégia de combate à fragilidade do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), oferecem soluções potenciais para reduzir a dependência de fontes externas e promover uma maior responsabilidade nacional através da mobilização de receitas internas.

ALAVANCAR AS INSTITUIÇÕES AFRICANAS PARA UMA COORDENAÇÃO EFICAZ

O papel da UA e das CERs na promoção da consolidação da paz tem vindo a crescer, com quadros como a RDPC da UA e a Agenda de 2063 a servirem de modelo para combater as causas profundas dos conflitos e garantir o desenvolvimento sustentável. A Consulta sublinhou a necessidade de capacitar as instituições africanas para liderarem os esforços de consolidação da paz, assegurando que as soluções sejam localmente fundamentadas e específicas ao contexto.

A promoção de sinergias entre os quadros regionais e mundiais de consolidação da paz é essencial para abordar às circunstâncias únicas de África. Embora promissora, a colaboração entre a UA e a ONU exige uma maior concentração para produzir resultados tangíveis. O reforço da parceria entre o CPS e a PBC poderia conduzir a estratégias mais coesas e a um melhor controlo e responsabilização no domínio da consolidação da paz. Iniciativas como o Centro de RDPC no Cairo e os projectos da Agenda 2063 ajudam a harmonizar os esforços em todo o continente, promovendo a coerência na prevenção e recuperação de conflitos.

RECOMENDAÇÕES PARA O REFORÇO DA CONSOLIDAÇÃO DA PAZ

Com base nas discussões durante a Consulta Temática Regional Africana, são propostas as seguintes recomendações para melhorar a consolidação da paz em África. Cada recomendação é adaptada para se alinhar com a PBA mais alargada, garantindo a relevância e abordagens específicas ao contexto.

REFORÇAR A RESPONSABILIDADE NACIONAL

A responsabilidade nacional é essencial para uma consolidação sustentável da paz. Os países devem integrar a consolidação da paz nos seus planos de desenvolvimento e quadros políticos nacionais, incluindo rubricas orçamentais especificamente designadas. Tal deve promover a colaboração entre os governos, a sociedade civil e as comunidades, assegurando que a responsabilidade não se limite à participação, mas que se traduza num verdadeiro poder de decisão. A PBC da ONU deve apoiar os atores nacionais na definição de papéis claros, dando às partes interessadas locais uma influência genuína e reduzindo o domínio externo.

A governação deve igualmente abordar a desigualdade, a marginalização e a fragilidade. O melhoramento da governação, incluindo as reformas eleitorais e a gestão da diversidade, pode reduzir a violência relacionada com as eleições e promover a estabilidade. As estruturas locais de consolidação da

paz, como os comités, podem coordenar esforços, reforçar os sistemas de alerta precoce e permitir respostas rápidas aos conflitos, garantindo que os atores locais liderem os projectos do PBF em vez de serem participantes e beneficiários secundários.

Recomendações Específicas para a PBA da ONU

- **Apoiar as Estratégias Locais de Consolidação da Paz:** Assegurar que as estratégias nacionais de consolidação da paz sejam específicas ao contexto, abrangentes e integradas nos planos nacionais com a liderança do governo e da sociedade civil, reduzindo a dependência de atores externos (PBC, PBSO).
- **Reforçar as Arquiteturas Locais de Consolidação da Paz:** Desenvolver comités locais de consolidação da paz para coordenar esforços, reforçar os sistemas de alerta precoce e liderar iniciativas de resposta rápida, reduzindo a ênfase nas agências da ONU como implementadores líderes (PBC, PBF).
- **Estabelecer Parâmetros Claros para a Responsabilidade Nacional:** Envolver-se em processos consultivos para definir a responsabilidade nacional e local com diretrizes que promovam a responsabilidade para além da participação (PBSO).
- **Envolvimento e Empoderamento dos Jovens:** Investir na educação e em oportunidades de emprego para os jovens, a fim de prevenir conflitos e capacitá-los para a consolidação da paz, centrando-se nas GYPI (Iniciativas de Promoção do Género e da Juventude) para garantir um envolvimento significativo (PBC, PBF).
- **Reforçar a Vontade Política de Responsabilidade Local:** Promover iniciativas que capacitem os governos a liderar a consolidação da paz, incorporando dotações orçamentais nos quadros nacionais para sustentar os esforços para além dos prazos de financiamento dos doadores (PBC).

INTEGRAÇÃO DE NOVAS AMEAÇAS E ANÁLISE HISTÓRICA

A integração das ameaças emergentes e dos conhecimentos históricos é vital para manter a relevância das estratégias de consolidação da paz. As alterações climáticas, a insegurança digital e a desigualdade são factores de conflito e exigem uma prevenção proactiva. As estratégias devem incluir iniciativas de resiliência climática, como sistemas de alerta precoce e fundos de adaptação. Ao mesmo tempo, as análises históricas devem orientar estas estratégias para aprender com os erros do passado.

Além disso, a desinformação e as ciberameaças devem ser abordadas através da literacia e da segurança digitais. A PBC poderia apoiar projectos centrados na luta contra a desinformação, em especial nos Estados frágeis, onde estas ameaças são mais prejudiciais.

Recomendações Específicas para a PBA da ONU

- **Integrar a Resiliência Climática:** Incluir iniciativas de resiliência climática, como sistemas de alerta precoce e fundos de adaptação, nos quadros de consolidação da paz (PBF, PBSO).
- **Combater a Desinformação e as Ameaças Digitais:** Reforçar a literacia digital e combater a desinformação, centrando-se nos Estados frágeis (PBF).
- **Promover a Análise dos Conflitos a Nível Nacional:** Assegurar que as percepções históricas e a análise dos conflitos sejam conduzidas pelos atores nacionais, reduzindo a dependência da ONU para informar as estratégias atuais e aprender com os conflitos passados (PBSO).
- **Potenciar a Liderança Tradicional:** Desenvolver melhores indicadores para integrar a liderança tradicional na consolidação da paz, garantindo a legitimidade das bases (PBSO, PBC).
- **Melhorar os Sistemas de Alerta Precoce:** Criar sistemas regionais que integrem dados sobre o clima e a segurança digital para efeitos de preparação (PBF, PBSO).

SOLUÇÕES INOVADORAS DE FINANCIAMENTO

O financiamento sustentável da consolidação da paz é um desafio para os países africanos que dependem do financiamento externo. Os mecanismos de financiamento inovadores - royalties de recursos naturais, obrigações de paz e parcerias com o setor privado - são vitais para diversificar o financiamento e promover a responsabilidade financeira.

Recomendações Específicas para a PBA da ONU

- **Mobilização Inovadora de Recursos Internos:** Promover mecanismos como as parcerias público-privadas e os fundos de adaptação às alterações climáticas para gerar recursos sustentáveis (PBF).
- **Alavancar os Royalties dos Recursos Naturais:** Incentivar a afetação das receitas dos recursos naturais à consolidação da paz, reduzindo a dependência dos doadores (PBC, PBSO).
- **Envolver o Sector Privado:** Promover parcerias com o sector privado e integrar as suas contribuições nas estratégias nacionais (PBC, PBSO).
- **Criar Fundos Regionais para a Paz:** Reforçar o Fundo de Paz em África e desenvolver fundos de paz regionais para soluções regionais dotadas de recursos suficientes (PBF, PBSO).
- **Financiamento Sustentável através de Obrigações de Paz:** Coordenar a introdução de obrigações de paz e outros instrumentos inovadores para mobilizar capital para a consolidação da paz (PBSO, PBF).

REFORÇAR A COERÊNCIA

A fragmentação compromete o progresso na consolidação da paz. É necessária uma maior coerência entre a ONU, a UA, as CER e a sociedade civil para aumentar o impacto coletivo. Um envolvimento mais direcionado com resultados claros, mecanismos de monitoria e responsabilização mútua podem garantir uma melhor coordenação. A criação de unidades de RDPC/consolidação da paz em todas as CER melhorará igualmente a coordenação regional e as capacidades de resposta.

Recomendações Específicas para a PBA da ONU

- **Reforçar a Coordenação entre a ONU, a UA e as CER:** Promover um envolvimento mais direcionado com resultados claros, mecanismos de acompanhamento e responsabilização para melhorar a coerência (PBC, PBSO).
- **Apoiar a Liderança Nacional na Coordenação:** Capacitar os governos nacionais para liderarem os compromissos com a PBA, reduzindo a dependência de atores externos como países líderes nas configurações nacionais (PBC).
- **Reforço das Capacidades Regionais:** Promover o reforço das capacidades dos oficiais das CER para melhorar a resposta regional e defender a criação de unidades de RDPC/consolidação da paz em todas as CER (PBSO, PBF).
- **Quadro Integrado para a Consolidação da Paz:** Promover o desenvolvimento de um quadro claro para alinhar os esforços da ONU, da UA e das CER, reduzindo a fragmentação e aumentando o impacto (PBC, PBSO).

PROMOÇÃO DA INCLUSIVIDADE E DA IGUALDADE DE GÉNERO

A consolidação da paz inclusiva é vital, especialmente em África, onde a exclusão é frequentemente o acionador dos conflitos. As mulheres, os jovens e os grupos marginalizados devem estar no centro da consolidação da paz para garantir a equidade e a sustentabilidade.

Recomendações Específicas para a PBA da ONU

- **Integração das Mulheres, da Paz e da Segurança:** Promover mecanismos para integrar a agenda da WPS nos esforços nacionais de consolidação da paz (PBSO, PBC).
- **Inclusão das Mulheres, da Juventude e da Sociedade Civil:** Desenvolver mecanismos para que os grupos marginalizados possam participar de forma significativa nos processos internacionais de consolidação da paz, para além de uma participação simbólica (PBC, PBSO).
- **Envolvimento da Juventude nos Processos de Paz:** Apoiar a criação de conselhos nacionais e regionais de juventude para envolver os jovens na consolidação da paz (PBF).
- **Mecanismos da Sociedade Civil:** Expandir o contacto entre as instituições da PBA e a sociedade civil para criar canais claros de envolvimento (PBSO, PBC).
- **Participação de Grupos Marginalizados:** Promover quotas para aumentar a participação das mulheres, dos jovens e de outros grupos marginalizados nos processos de consolidação da paz (PBC, PBSO).

CONCLUSÃO

O percurso para a consolidação de uma paz sustentável em África apresenta oportunidades e desafios. As áreas críticas para reforçar os esforços de paz incluem a governação inclusiva, o financiamento inovador e a colaboração coerente a todos os níveis. Garantir que as vozes das mulheres, dos jovens e das comunidades marginalizadas sejam ouvidas é essencial para criar processos de paz resilientes e inclusivos que reflitam as necessidades de todos os segmentos da sociedade.

O financiamento inovador, tal como o aproveitamento das royalties dos recursos naturais, as obrigações de paz e as parcerias público-privadas, pode reduzir a dependência de doadores externos e reforçar a responsabilidade nacional. As instituições regionais, como o BAD, também desempenham um papel fundamental no financiamento de projectos que abordam a fragilidade e o desenvolvimento económico, promovendo a resiliência.

A colaboração coordenada a vários níveis é vital para quadros de paz eficazes. A ONU, a UA, as CER, os governos nacionais e a sociedade civil devem sincronizar esforços para reduzir a fragmentação e reforçar as respostas a ameaças como as alterações climáticas, a insegurança digital e a desigualdade socioeconómica. Os grupos de trabalho conjuntos e as plataformas de partilha de informações ajudariam a racionalizar e a reforçar as iniciativas de consolidação da paz.

A revisão da PBA 2025 oferece uma oportunidade vital para reformular a consolidação da paz a nível mundial e em África. O alinhamento da PBA da ONU com iniciativas como o quadro da UA e a Agenda de 2063 pode criar um cenário de consolidação da paz mais integrado e resiliente. O reforço das funções da PBC, do PBF e do PBSO contribuirá para apoiar iniciativas localizadas e específicas ao contexto, assentes na responsabilidade nacional.

Em última análise, a revisão da PBA de 2025 é uma oportunidade para adaptar os quadros globais de modo a melhor satisfazer as necessidades de África. Através de uma colaboração coerente, de uma governação inclusiva e de um financiamento inovador, podemos estabelecer uma base sustentável, resiliente e inclusiva para a paz - assegurando que a consolidação da paz seja proativa, disponha de recursos suficientes e seja capaz de enfrentar as ameaças tradicionais e emergentes.

Sobre a ACCORD

A ACCORD é uma instituição de gestão de conflitos da sociedade civil que trabalha em toda a África há mais de 32 anos para trazer soluções criativas africanas para os desafios impostos pelos conflitos no continente. Com sede em Durban, África do Sul, e estabelecido em 1992, o ACCORD tem impacto nos desenvolvimentos políticos através da resolução de conflitos, do diálogo e do desenvolvimento para a linha da frente como uma alternativa aos conflitos prolongados.

O relatório é um produto do ACCORD compilado pelo Sr. Gustavo de Carvalho, revisado pela Sra. Karishma Rajoo e pela Dra. Andrea Prah.

Agradecimentos: A ACCORD reconhece o apoio do Departamento Sul-Africano de Relações Internacionais e Cooperação (DIRCO), do Gabinete de Apoio à Construção da Paz da ONU, do Ministério dos Negócios Estrangeiros da África do Sul e do Ministério dos Negócios Estrangeiros da África do Sul. Relações Internacionais e Cooperação (DIRCO) da África do Sul, do Gabinete de Apoio à Construção da Paz da ONU, do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Dinamarca e do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Noruega na convocação da Consulta Temática Regional Africana.

Declaração de exoneração de responsabilidade: As opiniões expressas neste relatório não são necessariamente as da ACCORD, da UN PBO, da DIRCO, dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros da Dinamarca ou da Noruega. Ministérios dos Negócios Estrangeiros da Dinamarca ou da Noruega. Embora tenham sido feitos todos os esforços para garantir que as informações aqui publicadas sejam exactas, não se aceita qualquer responsabilidade por quaisquer perdas ou danos que possam surgir perdas ou danos que possam resultar da confiança de qualquer pessoa em qualquer informação contida neste relatório.

ACCORD, Umhlanga Rocks 4320, África do Sul

Tél : +27 (0)31 502 3908

Correio Eletrónico : info@accord.org.za | Sítio Web : www.accord.org.za

